

# Em Tese

## **“É ASSIM QUE ELES ALIMENTAM O CÍRCULO DA POBREZA”: A AÇÃO JUDICIAL DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR DA BEBÊ SUZI EM FLORIANÓPOLIS - 2021**

**“This is how they feed the circle of poverty”: The legal action of forfeiture of the family power of baby Suzi in Florianópolis – 2021**

### **Entrevistada**

**Kaionara dos Santos**

Assistente Social

Pós-graduanda em Gestão de Projetos Sociais com Famílias

Universidade Cruzeiro do Sul, Florianópolis, Brasil

kaionaradosantos@gmail.com

### **Entrevistador**

Mariana da Costa **SCHORN**


Mestre em Psicologia Social e Institucional

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

marischorn@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4368-6965>



A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

**Palavras-Chave:** Maternidade. Destituição do poder familiar. Pobreza. Estado – Poder Judiciário.

**Keywords:** Maternity. Forfeiture of the family power. Poverty. State – Judiciary.



Kaionara dos Santos é assistente social e madrinha da bebê Suzi, a filha de Andrielli Amanda dos Santos e de Israel, que em julho de 2021 foi tirada dos braços de sua mãe na maternidade do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago (HU/UFSC), em Florianópolis, enquanto era amamentada. Uma conselheira tutelar do município retirou o bebê recém-nascido pela porta dos fundos do hospital e o levou a um abrigo privado contratado pela Prefeitura desta capital. A partir da institucionalização da criança, considerada de urgência pela equipe do Conselho Tutelar<sup>1</sup>, iniciaria o processo de suspensão e destituição do poder familiar dos genitores com relação à bebê Suzi, movido pelo Ministério Público Estadual.

A entrevista com Kaionara foi realizada em dezembro de 2021 e até janeiro de 2022 a bebê ainda se encontrava longe de sua família. Por determinação judicial, desde quando saiu do hospital os pais não podem visitar a filha na instituição, a proibição se estende a todos de sua família. Desde o nascimento, a mãe pode ver a bebê somente duas vezes, quando Suzi esteve pela segunda vez internada no hospital por problemas relacionados à alimentação. Depois disso, ocorreu somente uma visita *online*, em que a família pode, por 10 minutos, ver a Suzi por vídeo-chamada.

As ações judiciais de suspensão e destituição do poder familiar açambarcam quase exclusivamente famílias em situação de pobreza, mulheres que usavam ou usam drogas e/ou que estão em situação de rua (JORGE, MERHY, PONTES, 2018). Situações de “desproteção social”, termo proposto por Thais Peinado Berberian (2015) como um contraponto teórico que possibilita repensar criticamente a noção de negligência contra criança e adolescente.

Mesmo que no Brasil grande parte da população viva em situação de pobreza<sup>2</sup>, cada ação judicial de suspensão e destituição do poder familiar considera o caso da família de

---

<sup>1</sup> A orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é de que se proceda estudo social e sejam “esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural” (BRASIL, 1990), antes de instituir-se a ação de suspensão e destituição do poder familiar (BRASIL, 1990).

<sup>2</sup> O governo brasileiro utiliza o Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais a fim de reunir informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda. Enquadram-se neste grupo aquelas famílias cuja renda per capita não ultrapassa meio salário mínimo. Em novembro de 2021 haviam 32.166.847 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, um total de 81.115.898 pessoas cadastradas. Das famílias inscritas no CadÚnico, 15.514.658 famílias contavam com até R\$89,00 (oitenta e nove reais) por mês por pessoa. Ao considerar que o Brasil comporta 69.017.704 famílias (BRASIL, 2018), verifica-se que em torno de 46% delas são famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único, sendo que em torno de 27% das famílias do Brasil estão em situação de extrema pobreza, o que significa que seus membros dispõem de menos de R\$178 (cento e setenta e oito reais) por mês. O número total de famílias é um dado de 2018, infelizmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não possui dados mais recentes. Dados do Cadastro Único podem ser acessados no portal <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#>.

maneira que individualiza um problema que é social e no qual estão todos os brasileiros implicados: a pobreza e a desigualdade social inerente.

Kaionara, uma mulher militante do Movimento Negro, sentiu na pele o que muitas famílias sentem: a dor do distanciamento compulsório, o projeto de cuidado que não se realiza, o sentimento de injustiça que procura explicação e a espera pela resolução do caso. Mas esta espera não é passiva. Diferentemente de outros casos, em que famílias constrangidas não expõem a situação que vivem, ou não têm força para fazê-lo, em torno da Andrielli e da Suzi mobilizaram-se pessoas, movimentos sociais e instituições com o propósito comum de produzir uma denúncia-questionamento sobre como o Estado, através de seus representantes, instauram os processos de suspensão e destituição do poder familiar e, assim, afastam crianças de suas mães e de suas famílias<sup>3</sup>.

A ocorrência do afastamento compulsório entre Suzi e Andrielli não é um caso isolado. Por todo o país milhares de crianças estão institucionalizadas, muitas à espera da decisão judicial sobre perda ou manutenção do poder familiar de seus genitores. Mas chama a atenção a desproporção de crianças abrigadas no sul do Brasil, se comparado às demais regiões<sup>4</sup>. Outra informação importante: proporcionalmente, a região sul é a que mais tem pretendentes para realizar adoção de crianças, e Santa Catarina é o Estado que

---

<sup>3</sup> O Portal Catarinas vem divulgando muito conteúdo a respeito do caso Andrielli e Suzi: <https://catarinas.info>, além de outros casos de destituição do poder familiar. Em 09 de agosto de 2021 ocorreu um ato público pelos direitos de Andrielli, mobilizado pela militância do Movimento Negro, do Movimento de População de Rua e do Movimento Feminista atuantes na capital catarinense. O evento “A-Mãe-Ser: Pelo direito à maternidade e amamentação” ocorreu em 17 de setembro de 2021 e tratou sobre o caso Andrielli e Suzi, promovido por docentes e discentes da UFSC. Uma Audiência Pública para debater o caso da Andrielli e a atuação dos Conselhos Tutelares foi realizada em 28 de setembro de 2021 na Câmara Municipal de Florianópolis (CMF), por convocação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e da Comissão de Saúde da CMF. Ao menos 10 organizações e parlamentares se manifestaram em defesa dos direitos de Andrielli e sua filha Suzi. É possível acessar os documentos no link: <https://catarinas.info/10-organizacoes-e-parlamentares-se-manifestam-em-defesa-de-andrielli/>.

<sup>4</sup> Consulta ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), realizada em 27 de janeiro de 2022, permite visualizar que, à época, existiam no Brasil 29.763 crianças em abrigos. No país, a relação entre população e crianças abrigadas é de uma criança abrigada para cada grupo de 7.167 pessoas. As regiões Sudeste e Sul do país possuem mais crianças em abrigos: 13.898 e 7.668 crianças, respectivamente. Enquanto as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte possuem, respectivamente, 4.479, 2.235 e 1.483 crianças abrigadas. Ao se considerar as populações estimadas nas cinco regiões do Brasil em 2021, percebe-se que a região Sul, proporcionalmente, é a região que mais possui crianças abrigadas no país. A razão entre crianças abrigadas e população nas regiões é a seguinte: Sul - 1/3.964; Sudeste - 1/6.449; Centro-Oeste - 1/7.475; Norte - 1/12.749; e Nordeste - 1/12.875. Dentro da região Sul, a razão entre crianças abrigadas e população em cada estado é a seguinte: Rio Grande do Sul - 1/3.278; Paraná - 1/4.404; e Santa Catarina - 1/4.771. O cálculo realizado valeu-se das estimativas populacionais de 2021 do IBGE. Dados disponíveis na Agência de Notícias do IBGE, através do link: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31458-populacao-estimada-do-pais-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-em-2021>. É possível consultar dados do SNA através do acesso ao sítio eletrônico <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/adocao/>.

mais tem pretendentes cadastrados<sup>5</sup>. A região mais “branca” do Brasil sustenta uma prática mais robusta de institucionalização de crianças e, junto a isso, nesta região existem mais pessoas querendo adotar uma criança.

Os dados não predizem que no sul as famílias são mais relapsas com relação aos seus filhos, se comparado às outras regiões, ou que no sul existam mais famílias em situação de pobreza, ou que as famílias sulistas tenham mais dificuldades do que as famílias das outras regiões do Brasil para cuidarem de seus filhos. Ou que as famílias são mais solidárias ou sensibilizadas com as crianças institucionalizadas. De fato, aspectos sociais próprios a cada lugar sustentam a prática diferenciada. Dentre estes aspectos sociais está a forma como as instituições lidam com as questões relacionadas à pobreza, à maternidade, os direitos humanos, os direitos sexuais e reprodutivos, dentre outras. A forma como se percebem tais questões têm repercussão nas ações e decisões dos representantes do Poder Judiciário, enquanto representantes do Estado, no tocante à perda do poder familiar de crianças de famílias pobres, bem como também influencia a atuação de todos os atores envolvidos nestes casos.

Os estudos pós-coloniais se constituem como uma amplitude no pensar e no fazer daqueles que não fazem parte da hegemonia. Uma virada crítica no pensamento, que permite perceber de que forma a colonização de terras e dos modos de viver produziram e continuam a produzir um sistema de exploração do colonizador com relação ao colonizado. Em se tratando da mulher colonizada, como nos ajuda a pensar María Lugones (2008), assim como outras feministas decoloniais, a interseccionalidade raça, classe e gênero produz um não-lugar na lógica da colonialidade do poder, ou um lugar que é de pura subalternidade, pois se multiplica a submissão em relação à branquitude, ao modo de viver burguês e à sociedade patriarcal.

A partir da apreensão crítica própria aos estudos pós-coloniais, concebe-se a conversa com Kaionara como uma virada, uma entrevista que pretende conhecer o modo como o Estado violenta uma mulher pobre, ao estudá-la a fim de verificar se ela é capaz ou não de ser mãe. Algo impensável de acontecer na vida de qualquer mulher que não seja

---

<sup>5</sup> Pesquisa realizada no SNA em 27 de janeiro de 2022 demonstra que, nesta data, haviam no Brasil 32.883 pretendentes para adotar uma criança. As regiões Sudeste e Sul do país, novamente, possuem mais pretendentes: 16.166 e 8.848 pessoas, respectivamente. Enquanto as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte possuem, respectivamente, 4.654, 2.243 e 972 pretendentes. Ao se considerar as populações estimadas nas cinco regiões do Brasil em 2021, percebe-se que a região Sul, proporcionalmente, é a região que mais possui pretendentes para adoção no país. A razão entre número de pretendentes para adoção e população nas regiões é: Sul - 1/3.436; Sudeste - 1/5.544; Centro-Oeste - 1/7.448; Nordeste - 1/12.391; e Norte - 1/19.451. Dentro da região sul, a relação entre número de pretendentes e população é: Santa Catarina - 1/ 2.686; Rio Grande do Sul - 1/3.098; e Paraná - 1/4.802.

pobre. Em determinados momentos da conversa se entrevê processos identificatórios de Kaionara com a comadre Andrielli, quando ela se questiona o motivo de ela própria não ter passado por um processo de destituição do poder familiar de sua filha. Ela, uma negra retinta, como refere. Testemunhamos a sua percepção acerca do desenvolvimento de sua própria vida, de sua carreira profissional. E sua visão acerca da distância que sente existir entre “eles”, os outros representantes do Estado (ela trabalha no serviço público e desse modo também representa o Estado) e “nós”, as mulheres que, com dificuldades materiais de toda a sorte lutam para conseguir cuidar de seus filhos. E percebemos também a angústia e a revolta com tudo o que se tem passado, algo que a fez adoecer. A Kaionara fala a partir de diversas posições, pois é representante do círculo afetivo que se criou em torno de Suzi, da classe trabalhadora da assistência social e da militância do Movimento Negro. Todas estas suas facetas estão em desacordo com o que produz o poder estatal diante do caso Suzi e Andrielli, e talvez esse seja o motivo de seu sofrimento.

A invenção de raça pelos colonizadores, segundo Lugones (2008), produz um sistema de hierarquia e de relações de superioridade e inferioridade que servem tão somente à continuidade da dominação colonial. “Raça” foi virtualmente criada para dar sustentação à máquina colonialista e capitalista de explorar pessoas. E produz barreiras intransponíveis, como a barreira que Kaionara sente existir. E sobre a qual refere quando trata do círculo de pobreza.

O passado de Andrielli fica sendo um ponto de ancoragem impossível de superar. Tudo o que vem depois não vale, pois há um passado que povoa a introdução e a conclusão da história. Aníbal Quijano (2020) compreende o poder através de relações de dominação, exploração e conflito, nas quais estão implicados os atores sociais em quatro âmbitos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade. O controle destas áreas estaria ligado à colonialidade. A violência obstétrica a qual Andrielli foi submetida, a negação do direito a permanecer com a filha após o nascimento e amamentá-la, e toda a violação de direitos constantes no caso justificam-se, aos olhos do opressor, tendo em vista que a gravidez de Andrielli é decorrente de sua vida sexual. Uma prática de liberdade, que fugia ao controle colonizador, e que fora tolhida com a esterilização compulsória. As normas patriarcais, capitalistas, colonialistas e neoliberais confrontam com a mulher fora dos seus padrões. Rosalind Gill (GILL, MATOS, 2017) afirma que a banalização e a reprovação de uma mulher se baseiam, sobretudo, em sua aparência e em sua sexualidade.

Psicologicamente falando, sabe-se o quão prejudicial ou danoso, com efeito temporário ou definitivo, é o afastamento da criança pequena de seu cuidador principal. Bowlby (1984) cunhou a teoria do apego ao apontar para a função primordial exercida por um cuidador principal (geralmente a mãe), como condição para o estabelecimento de vínculos afetivos entre o bebê e os outros seres humanos. O afastamento imposto pelo Estado produz trauma, pelo sofrimento ligado ao desamparo vivido, o qual pode reverberar de forma negativa nas crianças e nos genitores por um bom tempo, se não de forma permanente. É de se pensar sobre como fica representado o Estado para as pessoas que sofrem o afastamento compulsório compreendido como injusto e cruel. Esta é uma vivência pessoal, mas também uma experiência sócio-política, tendo em vista que a sociedade produz as condições para que aconteçam, que tem a ver com a forma como se organizam os laços sociais<sup>6</sup>.

O padrão hegemônico do colonizador europeu impera diante dos modos de vida tidos como “primitivos” (LUGONES, 2008), e neste sentido nem as crianças escapam à sordidez do sistema colonialista. Assim como a integração familiar orientada pelo modelo de família burguesa e serviu para os desmantelamentos de famílias de pessoas não-brancas, inclusive no caso extremo da escravidão de seres humanos, o padrão de família burguesa segue sendo o modelo a ser seguido, e se negam direitos e o próprio reconhecimento de cidadania a quem se distancia dele. A construção histórica da infância é feita em acordo com as condições e os valores hegemônicos de dado período e influencia na compreensão sobre o que seria um problema social (FONSECA, CARDARELLO, 1999). Barna e Santillán (2018) referem que os discursos sobre a infância se orientam pelo modelo hegemônico contemporâneo, ao ponto de haver reconhecimento e legitimação diferenciada entre as crianças e adolescentes que são condizentes com o modelo e aquelas que dele se afastam.

Os adultos interpretam os direitos das crianças e adolescentes segundo seus próprios valores e interesses, é muito fácil localizar os antagonismos relacionados à escolha do que seria “o interesse da criança”. Importa para os adultos a defesa de sua própria concepção de infância, de família, de sociedade (BARNA, 2013). Fonseca e Cardarello (1999) alertam que o Estatuto da Criança e do Adolescente, baseado na Convenção sobre os Direitos da Criança, ainda que seja visto como um avanço no caminho das garantias dos

---

<sup>6</sup> A relação entre a experiência singular, a experiência sócio-política e o laço social foi proposta em conferência proferida pelo psicanalista e docente Eduardo Leal Cunha, por ocasião do Colóquio Leituras sobre o Trauma, realizada em 05 de junho de 2021, promovido pelo Instituto Langage de São Paulo/SP.

direitos das crianças e adolescentes, acaba por produzir efeitos inesperados, tais como a culpabilização das famílias pobres pelas vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos.

Na fala de Kaionara, em seu saber, transparece conhecimento sobre as dinâmicas coloniais, sociais e políticas que sustentam ações estatais como esta que sofrem Suzi e seus familiares. Ações que envolvem setores distintos do poder estatal, em confluência ou resistência, que permitem vislumbrar atualizações do colonialismo contemporâneo e local. É uma conversa que trata de campos distintos, como direitos humanos, saúde mental, saúde do trabalhador, sociologia, política, serviço social. A multidisciplinariedade é marca do trabalho de campo, e enfatiza a importância de que as pesquisas acadêmicas tenham como sustentação a apreensão crítica multidisciplinar.

Por eleição da entrevistada, a conversa aconteceu por vídeo-chamada.

## 1 ENTREVISTA

**Em Tese - Boa tarde, Kaionara. Que bom podermos conversar.**

Kaionara - Tu queres que eu te conte a história da Suzi, ou a minha história...? Como é que tu queres?

**Em Tese - Eu preparei umas perguntas para fazer, mas se tu quiseres comentar, ou falar algo diferente, fique à vontade. As perguntas foram pensadas para que você possa expressar o que sente, o que pensa, como você percebe a questão da destituição do poder familiar. Vamos lá...**

**Você atuou como assistente social junto à Andrielli?**

Kaionara - Sim. Sou contratada pelo Instituto Arco-Íris, e existe um convênio entre Prefeitura de Florianópolis e este instituto de direitos humanos. Existe uma contradição nesta contratação, nós profissionais conversamos sobre isso. Um instituto de direitos humanos, que luta pelos direitos das pessoas, pela humanização no cuidado, contra o racismo e toda forma de discriminação, ser vinculada a uma prefeitura, um órgão público, há uma contradição aí. Então desde já a gente já sabe que trabalha em um campo minado, levantando uma bandeira, a gente está sempre em atrito contra o próprio sistema. A gente tenta romper as barreiras de todas as atrocidades que a gente sabe que acontece junto à



população menos favorecida, mais vulnerável. É neste campo minado que o profissional trabalha.

**Em Tese - Sim, tem a questão da prestação de contas para o próprio ente, a própria instituição que está sendo acusada de fazer algo que vai contra o direito dos municípios, no caso, uma violação de direitos humanos. É muito pertinente a crítica que você faz.**

Kaionara - É bom a gente começar neste viés, já no início, porque eu entendo que tudo se insere nessa questão. Porque é uma balança que não equilibra. Do mesmo jeito que eles contratam profissionais que tem essa visão mais ampla sobre o que são os direitos humanos, sobre a liberdade da pessoa, sobre o direito de ir e vir, falo sobre a população em situação de rua, o Estado vai fazer os enfrentamentos com a força policial, com o pessoal da segurança pública, e nós estamos ali no meio. Profissionais formados trabalhando com aquelas questões de violência, sendo violados pelos dois lados, não podendo fazer certas coisas, sendo tolhidos pelo Estado e não podendo garantir direitos dos usuários, ficamos nesse jogo de empurra-empurra. E a gente trabalha nesse meio, que é bastante “adoecedor” para nós profissionais.

**Em Tese - Além da segurança pública também tem o poder judiciário, outro representante do Estado.**

Kaionara - Sim, com o poder judiciário também acontece muito enfrentamento. A população hoje que atendemos que é menos favorecida é a população negra. A população que mais precisa de cuidado e de carinho é a que mais é violada, e passa pelo maior trabalho na vida como um todo. É a questão da destituição do poder familiar, a questão do abandono pelo poder público e das forças que poderiam garantir direitos e dar apoio, sobretudo em meio à pandemia que vivemos.

**Em Tese – Como o caso da Andrielli chegou até você?**

Kaionara - A Andrielli ficou alguns dias em situação de rua, eu não sei dizer ao certo quantos, em 2020. Antes de engravidar. Soube quando eu conheci a Andrielli. Ela ficou desempregada, não tinha como se sustentar, pagar o aluguel e tal. E então ela e algumas





meninas, elas conseguiram se organizar para alugar uma quitinete e assim sair da rua. Mas mesmo assim, a busca pela conversa, pelo apoio, pela rede, ela vinha buscar lá conosco. Procurava a assistente social, a psicóloga, pedia ajuda para obter uma cesta básica, ou somente mesmo para conversar, para contar como ela estava. Eu só parei para conversar porque ela não tinha muito vínculo afetivo familiar, e com amigos e comunitário. Ela criou um vínculo com toda a rede dos profissionais do Arco-Íris, e assim, de uma forma, ela conseguiu construir essa ponte para uma rede de apoio para ela, para ela se reerguer de novo, se reorganizar.

### **Em Tese - Com o que a Andrielli trabalhava antes de ela ficar desempregada?**

Kaionara - Ela trabalhava de balconista em uma lanchonete, atendente, não é? Esse sempre foi o ramo dela. Apesar de que é uma rede bem ampla, mas como em 2021 ocorreu o lockdown, fechou tudo, quebrou todo mundo. E quem dependia financeiramente daquele ganho... a gente sabe como é que foi, não é? A vida das famílias que dependiam de ganhos de trabalhos informais. Ou formais, mas que funcionam de forma que a pessoa recebe por dia... Eu conheci ela em janeiro de 2021. Ela já estava grávida... ela estava com um ou dois meses, talvez ela nem soubesse ainda que estava grávida. Fiquei sabendo depois.

### **Em Tese - Então, não só tu, mas toda a equipe, vocês desenvolveram uma relação bem próxima com ela.**

Kaionara - Nós tínhamos um esquema de trabalho de revezamento entre os profissionais no trabalho com os usuários do serviço. Porque os profissionais têm visões diferenciadas sobre cada caso. Então, quando eu conheci a Andrielli todo mundo já tinha atendido, ela demandava bastante coisa. Sempre bastante ansiosa, querendo resolver as coisas “para ontem”. Uma vez ela foi no Instituto procurar outro profissional, mas ele não estava e eu estava disponível. Ela aceitou conversar comigo, logo começou a chorar, e não parava de chorar, então eu fiz uma contenção afetiva nela, ficamos conversando umas duas horas. E então, depois daquele dia ela só queria falar comigo.

Quando ela contou que estava grávida, ela já estava morando em uma casa, e contou toda feliz, e a gente pensou: “meu Deus do céu”. E começou a nossa preocupação: grávida na situação em que ela se encontra e trabalhando muito pouco. Aparecia trabalho uma vez lá que outra, nem faxina não aparecia, porque as madames não queriam que ninguém fosse

na casa delas para não pegar Covid-19. E nós preocupadas com a situação financeira dela, e psicológica também, porque ela demandava um afeto, um carinho diferenciado. Desde que a gente a conheceu a gente percebeu, porque ela fala muito da mãe, dos vínculos familiares que foram rompidos há muito tempo. E isso doía na gente, como profissionais e como pessoas. E ali a gente continuou a dar apoio psicológico e afetivo. Combinei que faríamos o enxoval do bebê, e então ela continuou vindo, ia nas consultas de pré-natal. Era tudo longe de onde ela morava. Ela morou um tempo nos Ingleses e depois na Tapera, totalmente diferente. Quando tinha consulta do pré-natal nós tínhamos que ir junto, porque o custo da passagem para ela era caro. Eu comecei a fazer o enxoval para o bebê, a pedir fraldas para os amigos, comecei a me envolver bastante com a situação. E foi até hoje assim.

#### **Em Tese - Quando a Suzi nasceu, a Andrielli estava morando na Tapera?**

Kaionara - Sim. Ela morava em uma casa na Tapera. Mas depois que a Suzi nasceu ela não quis mais voltar para lá. Para não ver as roupas da Suzi, as coisas da Suzi. Ela foi morar com a sogra dela, mas não deu certo. Depois ela e o companheiro moraram em uma quitinete e hoje eles moram na Agronômica.

#### **Em Tese - Eu vou chegar lá, eu quero perguntar como ela está, mas talvez nós possamos conversar sobre alguns pontos antes, eu imagino que falar sobre ela, sobre o sofrimento dela, talvez isso seja mais complicado, não é?**

Kaionara - Sim. Eu lembro até hoje o dia que a Suzi nasceu, fico até emocionada. Eu tinha passado a noite trabalhando, até a 1h da madrugada, com o resgate. Estávamos tirando as pessoas da rua por causa do frio. Foi uma chamada do prefeito. E então cheguei em casa e desliguei o telefone. Eu nunca desligo o telefone, mas estava muito cansada. Coloquei para carregar. No outro dia estaria de folga. E quando acordei tinha “quinhentas” chamadas no meu celular. Todo o mundo ligando. Eu quis saber: “o que aconteceu?”, “a Andrielli está na maternidade ganhando o neném, e a conselheira tutelar já avisou que vai tirar o neném dela”. E eu: “Como é que é?”. Peguei a chave do carro, coloquei a primeira roupa que eu vi na frente, no carro fui ligando para a advogada, passei, peguei a advogada e chegamos no hospital junto com a conselheira tutelar.

### **Em Tese - Então a conselheira tutelar já estava atuando no caso?**

Kaionara - Ela já tinha mandado um alerta para todas as maternidades, orientando que quando a Andrielli chegasse para ter o bebê o Conselho Tutelar fosse acionado. Mas ela nunca tinha conversado com a Andrielli.

### **Em Tese - No Portal Catarinas há uma reportagem que diz que você tentou ficar com a guarda da Suzi ainda no hospital, quando o Conselho Tutelar veio buscá-la, tendo em vista que você é madrinha, e que não lhe foi permitido isso. Como isso ocorreu? Por que você acha que não lhe concederam a guarda?**

Kaionara - Eu cheguei na maternidade e eu falei com a conselheira tutelar: “eu posso pegar a bebê, eu posso fazer um apadrinhamento afetivo, ou pegar a guarda”. Ela me perguntou: “quem você é?”, “eu sou a Kaionara, a madrinha da Suzi”. Ela me perguntou se eu estava habilitada para adoção, e disse que já tinha enviado o processo para o juiz, que era ele quem decidiria agora. E saiu correndo e entrou no carro. Ela tirou a Suzi do peito da Andrielli, ela estava mamando, foi a única vez que a Suzi mamou. E levou a Suzi. Foi muito triste. Naquele momento a única coisa que a gente sabia, eu como militante do movimento negro, enquanto pessoa articulada, era que precisávamos “gritar”. Vamos chamar o povo para fazer manifestação. Foi quando a gente começou a fazer uma rede de apoio bem grande, mobilizou bastantes pessoas. E divulgar o caso para o Brasil inteiro, junto com o Portal Catarinas, com o 8M, com outras mulheres que foram se engajando também na luta. Depois ela foi nos contando aos poucos o que tinha acontecido naquele dia. Tanto que foi no dia da manifestação que ela nos contou que tinham feito laqueadura nela. Ela nem sabia.

### **Em Tese - Quantos anos tem a Andrielli?**

Kaionara - Vinte e dois anos.

### **Em Tese - E não foi decisão dela fazer a laqueadura?**

Kaionara - Não.

### **Em Tese - E foi decisão de quem?**



Kaionara - O médico fez e depois ele falou para ela.

**Em Tese - Mas com base na decisão de quem?**

Kaionara - De ninguém.

**Em Tese - É um procedimento irreversível...**

Kaionara - Ela no meio da manifestação conta assim para nós: “é normal ficar menstruada tanto tempo assim depois de ganhar neném?”. Daí a gente se olhou e perguntou: “faz quanto tempo?”, “trinta dias quase... mas acho que foi por causa daquele procedimento que o médico fez, ele disse que fez um negócio nas trompas, porque meu útero estava bem fino e eu não poderia ter mais filhos, mas tudo bem, eu não queria mesmo...”. A Andrielli é bem ingênua. Estava todo mundo do Portal Catarinas, do 8M, todas as feministas ali juntas. Nós ficamos assim... “como ele fez isso sem falar com ela, sem pedir para assinar um papel nem nada?”.

**Em Tese - Sim. Ela não tem nenhuma indicação, idade, número de filhos...**

Kaionara - Nem para o Gabriel que estava acompanhando a Andrielli, que ficou junto como psicólogo dela, para estar presente caso ela precisasse de contenção afetiva... nem com o Gabriel, que estava lá dentro, eles falaram. Eles não falaram com ninguém. Foi muito triste. Daí depois, quando ela se tocou, uns dois meses depois, ela disse assim: “então se eu quiser ter outro filho eu não vou ter”, eu disse: “não”. Ela: “se tirarem a Suzi de mim, como vai ser?”, e eu “a Suzi é tua última chance de ser mãe, minha filha”.

**Em Tese - A Andrielli pode visitar a Suzi?**

Kaionara - Quando a Suzi estava no hospital, a Suzi ficou internada por um tempo porque estava com problema na alimentação, estava regurgitando o leite...

**Em Tese - A Suzi já foi internada duas vezes, não é?**



Kaionara - Duas vezes. Tiveram que fazer um procedimento, e quando ela estava no hospital internada pela segunda vez, liberaram a visita da Andrielli no domingo. Daí ela pôde visitar duas vezes. E agora começou visita online com uma criança de cinco meses. Ver a criança no vídeo, e a gente não podia aparecer, por determinação judicial. Daí a Andrielli ficou sentada e junto com ela um paredão de pessoas olhando para a Suzi. E chorando, chorando. Choramos tanto, choramos tanto. Quando acabou a vídeo-chamada parecia que a gente tinha morrido. Aquele silêncio mórbido por uma meia hora. Não acredito que fizeram isso, não acredito.

O problema é que eles falam muito no passado da Andrielli, muita coisa relacionada ao que ela viveu desde a adolescência. A Andrielli foi uma adolescente que não foi muito fácil de se lidar. Ela foi institucionalizada. Ela teve muito problema com a família, ela tem vínculo afetivo rompido com a família.

#### **Em Tese - Ela foi institucionalizada em função de destituição do poder familiar também?**

Kaionara - Foi quando ela era adolescente. Eu não sei a história. Eu sei que ela ficou no abrigo para as crianças. E no trato com o poder judiciário eles contam muito com o passado dela. Eles dizem que por conta do passado dela... eles não a enxergam como uma adulta responsável para criar um filho de agora para o futuro.

#### **Em Tese - Então é como se o passado a estivesse condenando?**

Kaionara - Sim. “Eu conheço a Andrielli, eu conheço a Andrielli”, é só isso que se fala.

#### **Em Tese - Sim, a medida socioeducativa, o próprio nome já diz, socioeducativa.**

Kaionara - Exatamente. Sabe, um monte de coisas assim que a gente olha pra trás e pensa: “que justiça é essa? Com quem que a gente está trabalhando de verdade?” São os poderosos, que estão com a caneta na mão e que podem fazer tudo o que querem, e depois só assinam o papel e dizem “tira aquela criança lá”. Porque acabam com um monte de vida, acabam com um monte de família, acabam com um monte de estrutura. O sentimento das pessoas e tudo. Eu não sei, eu estou ainda meio confusa com os pensamentos. Mas eu

entendo que isso é uma violência muito forte pra pessoa que está vivendo isso. Porque na hora que ela precisou ela não teve ajuda do poder público.

**Em Tese - Eu vou te fazer uma pergunta que tem a ver com isso. Boa parte dos casos de destituição do poder familiar têm como justificativa a denúncia de que há negligência com relação à criança. O que você pensa a respeito?**

Kaionara - O que é negligência para eles? Eu queria saber, porque não dá para entender. Eu fico confusa, porque dentro da realidade das pessoas que vivem na comunidade, que passam necessidade, deixar um filho em casa sozinho pra poder trabalhar é uma necessidade. Para eles é negligência. Eu já ouvi falar assim: “então não façam filho”. Por que eles não podem ter direito a ter filhos? É só quem tem dinheiro, quem tem trabalho, quem tem estabilidade que pode ter filho?

**Em Tese - É um direito de todos.**

Kaionara - É um direito de todos. Eu acho que tem um limite ali... dizem que é negligência, mas o que é negligência para eles? Eu sempre faço esse debate. Eu conheço pessoas, mulheres, que usam substâncias psicoativas e têm cinco filhos, e são super caprichosas, e são muito “mãe”, mais “mãe” do que muita gente que eu vejo por aí. Qual é o problema? Onde está o problema que eu não estou conseguindo enxergar? Eu acho que não é questão de negligência, é a questão do olhar de quem vê.

**Em Tese - As mulheres que fazem uso de drogas. Elas também têm o direito de ser mãe.**

Kaionara - Com certeza.

**Em Tese - E como atuaria o poder público no sentido de atender a mulher gestante que faz uso de drogas? Vamos pensar no plano ideal.**

Kaionara - O que seria o ideal?

**Em Tese - A partir da visão de mundo que tu tens, e pelo que tu militas, o que o Estado pode fazer? Porque agora, como tu diz, o Estado tem criminalizado e penalizado essa pessoa pela situação dela e está negando o direito de ser mãe.**

Kaionara - Criar instrumentos de prevenção, acho que essa seria a melhor fórmula. No caso de uma pequena comunidade, nós já trabalhamos como agentes multiplicadores de prevenção a doenças transmissíveis em comunidade do movimento negro. Não foi uma ação organizada pelo poder público. Fomos nós que fizemos a busca ativa e vimos que dentro da comunidade tinha um alto índice de pessoas com doenças transmissíveis e resolvemos falar com a comunidade em relação a isso. Como forma preventiva do que pode acontecer. Mas as pessoas são livres, elas têm o livre arbítrio. Nós não podemos, enquanto representantes do Estado, romper a barreira do livre arbítrio, e dizer o que você tem que fazer e o que você não tem que fazer. Você tem que instruir e orientar, e deixar que o indivíduo tome suas próprias decisões. Eu acredito muito nisso. Se não nós não viveríamos em uma sociedade no formato como nós estamos vivendo hoje.

**Em Tese - No caso da Andrielli, ela estava com dificuldade de moradia, ela se mudou diversas vezes, teve um período de instabilidade de trabalho... Na sua visão, o poder público, através dos sistemas públicos de saúde e assistência social, poderia ter atuado de outra forma com relação à Andrielli? No sentido de fortalecer a sua autonomia e favorecer que a mãe fizesse a maternagem da filha?**

Kaionara - Moradia popular seria uma boa. E outras inserções, que o Estado poderia ter alcançado muitas pessoas, não somente a Andrielli, mas muitas mulheres mães que precisam desse respaldo do Estado. Moradia popular, iniciativas de geração de trabalho e renda. Com renda digna elas poderiam sustentar seus filhos. Isso já faz mudar a visão de mundo. Porque, vou te ser sincera, nós moramos em um estado que é rico em agricultura, agricultura familiar, e as pessoas passam fome. É grotesco ver essa realidade que a gente vive hoje. Tem muita mãe da área urbana que passa necessidade com essas crianças. E na área rural eu sei que não passa, eu vim de lá, eu sou de Chapecó, lá a gente não vê essas coisas que a gente vê aqui na capital.

**Em Tese - É diferente?**





Kaionara - Sim.

**Em Tese - E essa questão do poder familiar, você vê diferença no modo como ocorrem as destituições do poder familiar aqui em Florianópolis, em relação aos outros lugares?**

Kaionara - No interior, sim. Eu posso dizer do interior. Porque geralmente as pessoas se conhecem.

**Em Tese - Mas o poder público faz isso ou a própria comunidade?**

Kaionara - A sociedade como um todo, a comunidade começa a agir para mudar aquela realidade ali. É isso que faz falta bastante nas áreas urbanas aqui de Florianópolis. Eu acho que das outras capitais também. Tem mais o pré-julgamento e o preconceito, sem saber da história da vida da pessoa, desde pequena.

**Em Tese - Sem contar e sem nem saber da potencialidade que tem a comunidade de se ajudar.**

Kaionara - Sim.

**Em Tese - Tu própria, quando estavas na maternidade, e a conselheira tutelar estava lá pra levar a Suzi, tu te dispuseste a ficar com ela. Falaram que tu não poderias, que tu não estavas habilitada.**

Kaionara - Que eu não poderia, que eu não era da família, não era do mesmo sangue, e eu não estava habilitada.

**Em Tese - Madrinha não é considerada família extensa?**

Kaionara - Não, não é considerada. Aí neste caso a gente fica pensando até que ponto vai. Então preferem uma criança institucionalizada pagando três mil e quinhentos reais por mês para a criança ficar lá no abrigo, do que ficar com uma pessoa e já criar vínculo, e ter outra estrutura diferenciada para essa criança. Não se sabe se vai voltar pra mãe, ou não, mas



essa criança já vai ter o carinho de uma pessoa que chega a ser mais próximo dela. Porque serviço, você sabe, a gente toma como serviço. Trabalho é trabalho. Tu vais cuidar de uma criança como trabalho, tu estás no horário de trabalho.

**Em Tese - Criança precisa de vínculo e vínculos não se fazem assim, com trocas de turno.**

Kaionara - É complicado.

**Em Tese - Você, como profissional, acompanhou o caso depois que a Suzi foi institucionalizada?**

Kaionara - Não. O Conselho Tutelar pediu o relatório para a equipe do resgate. Para a gente mandar informações sobre os atendimentos que fizemos com a Andrielli. Mas daí eu não me envolvi mais por conta da ética profissional. Porque a essa altura eu já estava levantando a bandeira como madrinha da Suzi, fazendo as coisas como uma pessoa com vínculo mesmo com ela, então eu me retirei desse processo de fazer os relatórios.

**Em Tese - Como profissional.**

Kaionara - Isso. Tanto que lá dentro eu nunca mais falei nada. Eles falavam, eu ficava quieta. Melhor eu não me envolver, porque qualquer coisa que eu fale vai ser suspeito.

**Em Tese - O caso da Andrielli estava sendo compartilhado com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias? (PAEFI)?**

Kaionara - Não. Só depois que a Suzi foi institucionalizada.

**Em Tese - O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deveria estar muito mais envolvido com o caso.**

Kaionara - Verdade.

**Em Tese - Veja, o Instituto Arco-Íris é um serviço terceirizado, o próprio abrigo é um serviço terceirizado. Aí prevalece a relação público-privada. E neste caso também tem o conflito de interesse. Como tu falaste, uma vaga custa três mil e quinhentos reais. Existe um interesse em manter o bebê ali. Como é esta relação? Um serviço privado que está ganhando tendo a Suzi lá, ele emitir um relatório que será considerado pela Justiça...**

Kaionara - Veja bem... que história que é essa?

**Em Tese - É complicado. A maioria dos abrigos em Florianópolis é privado, e as vagas são compradas e pagas pelo poder executivo local.**

Kaionara - Muita contradição.

**Em Tese - E a relação com o Conselho Tutelar? Está bem definido, está bem conversado, bem acordado, com o Conselho Tutelar, a quem cabe o quê? A equipe do Conselho Tutelar também faz os seus relatórios. No entanto eles não têm nem pernas para acompanhar o que acompanharia uma equipe do SUAS...**

Kaionara - Pois é.

**Em Tese - Nós vemos um protagonismo muito grande do Conselho Tutelar sendo que o pessoal que trabalha ali é eleito, não tem formação específica. Pode haver uma série de atravessamentos. Isso é discutido em algum espaço? O Conselho Tutelar tem poder para fazer a institucionalização emergencialmente, quando a criança está em situação iminente de violência. Mas veja, é como se eles estivessem considerando o próprio nascimento com uma situação de risco.**

Kaionara - E quando ela estava grávida, não era uma situação de risco? O bebê não estava acessível fisicamente...

**Em Tese - Sim, se a Andrielli estava em risco, ela deveria ser cuidada.**

Kaionara - É, na verdade eles não sabiam de nada. Eles não acompanharam a história dela. Eles acharam que por ela ter passado pela rede de assistência na pandemia, por ter precisado da assistência... Eles julgaram que ela ainda estava em situação de rua, mas ela não estava. A mãe precisa de uma cesta básica... É a criminalização da pobreza. Ela precisou de uma cesta básica, ela precisou do acesso à assistência social, como ela acessava direto.

**Em Tese - Ela queria exercer o direito de alimentação e ela perdeu o direito da maternidade.**

Kaionara - Exatamente. Já existe uma condenação. “Eu conheço a Andrielli, tu não me vens falar da Andrielli que eu a conheço”. É essa a desculpa, ou figura de linguagem, que eles usam. E eu acho ridículo. Mas fazer o quê? Faz parte. Fico pensando às vezes, será que essa menina vai sair de lá?

**Em Tese - Para algum lugar ela vai.**

Kaionara - Estou bem preocupada em relação a isso.

**Em Tese - A gente não sabe qual é a resposta. Mas além disso. E se ela voltar. Se lá pelas tantas eles entenderem que não tem problema a Andrielli ser a mãe dela. E todo esse tempo? Que não é pouca coisa.**

Kaionara - Não, cinco meses, ela já perdeu tanta coisa da menina. Daqui a pouco a menina já está começando andar.

**Em Tese - A Andrielli se preparou para a chegada da filha, certo? Tinha casa, ia trabalhar quando era chamada.**

Kaionara - Sim. Roupinha, roupinha, roupinha. Tinha tanta coisa. Aí algumas vezes nós fomos fazendo algumas limpezas, tirando as roupinhas pequenas que já não caberiam mais. Muito triste isso.

**Em Tese - E o pai da Suzi, o Israel. Não se fala no Israel, não é? E ele compartilha com a Andrielli a responsabilidade pela Suzi. O poder familiar cabe aos dois.**

Kaionara – Sim.

**Em Tese - E por que não se fala no pai?**

Kaionara - Pois agora. Boa pergunta.

**Em Tese - Ele está trabalhando?**

Kaionara - Ele trabalha.

**Em Tese - Eu digo isso porque, apesar de o poder familiar caber igualmente aos dois genitores, não consideram a possibilidade de o pai se responsabilizar. Não se menciona essa possibilidade.**

Kaionara - O Israel é bem de boa. É ele quem segura a maior pressão dela, porque ela está bem abalada psicologicamente. Ele é quem segura essa bronca toda, ele é mais tranquilo. É, não é fácil. Se fosse comigo, eu não sei o que eu faria. Sendo sincera, eu acho que eu já estaria presa. Eu já tinha feito uma loucura. Imagina arrancarem o seu filho depois de você ficar nove meses se preparando, se organizando, se reorganizando todinha a vida. Comprando as coisas. Tudo que ela comprava, tudo que ela conseguia ela ia me mostrar. Toda feliz! E sair da maternidade sozinha? O dia que ela saiu da maternidade foi horrível. Foi horrível, horrível. Nós tudo lá já caindo, ela olhou para nós e perguntou assim: “tá e agora, qual é o próximo passo?”. Ah, eu virei de costas e quase morri chorando. Foi horrível.

**Em Tese - Eu imagino. Aliás, eu nem imagino... Tu tens filho, Kaionara?**

Kaionara - Dois.

**Em Tese - E tu podes criar os teus filhos?**

Kaionara - Graças a Deus. Eu tenho um menino de vinte e seis e uma menina de quatorze.



**Em Tese - São grandes já.**

Kaionara - Eu fiz estágio no abrigo do Padre Wilson... Se a Suzi estivesse no abrigo do Padre Wilson as coisas seriam diferentes... Depende de instituição para instituição.

**Em Tese - O que não poderia ser, pois é uma cidade só.**

Kaionara - É verdade.

**Em Tese - A política pública deveria orientar os abrigos a atuarem conforme o município preconiza. O poder público municipal é que deveria determinar a conduta.**

Kaionara - Mas se depender do município... O município é truculento, acho que eles não aceitam. São as instituições e o vínculo que cada instituição tem. O Padre Wilson tem uma vivência de luta, de evitar a retirada dos filhos, de cuidado com a população mais carente, a população que mais precisa.

**Em Tese - E de promoção de autonomia dos pais, não é?**

Kaionara - E o apadrinhamento afetivo, aqui no Estado ainda não funciona com efetividade. No Rio Grande do Sul já está bem mais evoluído. O apadrinhamento afetivo favorece o vínculo familiar, o vínculo social, o vínculo com outras pessoas e o comunitário. É bem mais forte nos outros estados do que aqui. Eu não sei o que acontece aqui realmente para chegar ao ponto de destituição familiar. Não são poucas crianças, é bastante.

**Em Tese - Muitas.**

Kaionara - E daí chega no ponto que, nós do Movimento Negro, sempre enfatizamos que é: há um grande sequestro dessas crianças pequenas.

**Em Tese - E assim, Kaionara, eu não sei se tu sabes. Aqui em Santa Catarina é o Estado que tem mais pessoas cadastradas para adoção. E aqui é o Estado mais branco do país. Isso tem a ver com racismo? A ideia da criança pequena e branca.**



Kaionara - Meu Deus. É um mercado, com certeza. Daí eu me coloco assim, enquanto mulher, negra, pobre também, trabalhadora a vida inteira no mercado. A minha gravidez da Sofia, da menina de quatorze anos, eu passei a gravidez inteira dentro de um hotel trabalhando. Morava dentro do hotel. E eu me faço essa pergunta assim: por que o Conselho Tutelar não atuou no meu caso?

### **Em Tese - Tu moravas aqui ou em Chapecó?**

Kaionara - Eu morava aqui em Florianópolis. Por que o Conselho Tutelar não atuou no meu caso? Eu não apresentava risco para a menina? Eu morava e trabalhava dentro de um hotel, passei a gravidez inteira com a menina ali. Não existe preconceito? Quando chegou a hora de ir pra maternidade, eu já tinha falado para a minha irmã, quando eu for você vai também, eu morria de medo de o Conselho Tutelar tirar a minha filha de mim. Depois me dei conta, caiu a minha ficha, que eu sou uma mulher negra retinta. Ninguém vai querer a minha filha para adotar.

### **Em Tese - Olha...**

Kaionara - Entendeu? Pode ser que ela seja mais escura ainda, ela corre o risco. Ela nasce branquinha, mas depois escurece. A maioria das crianças negras é assim. São poucas as que do ventre já nascem bem negras.

**Em Tese - Mas não é muito sinistro que as mães tenham medo? Tu mesmo tiveste medo há quatorze anos. E não veem o Conselho como um órgão que vai apontar: “olha, essa mãe está com alguma necessidade, a gente precisa fazer alguma coisa, a gente precisa ofertar alguma coisa pra ela”.**

Kaionara - E depois que eu ganhei a neném, o medo era sobre como eu ia voltar a trabalhar, porque eu tinha que voltar a trabalhar, eu tinha a carteira assinada. Uma menina recém-nascida, como é que eu vou deixar? Com quem eu vou deixar? Creche em Canasvieiras não existia, era só escola particular. A pública tinha uma fila imensa, eu entrei na fila quando eu estava grávida e não me chamaram até hoje. Meu Deus, e a preocupação? Eu falo para as pessoas, e todo mundo fala que eu sou uma privilegiada. Eu digo que eu tive sorte,



porque a dona do hotel onde eu trabalhava era mulher. Quando eu fui voltar para trabalhar, que eu ia pedir as contas, porque não existia possibilidade de continuar, ela disse que tinha uma coisa pra me mostrar. Uma sala lá atrás com berço, cadeirinha, mamadeira: “Agora, a partir de hoje, você está na área de reserva”. Porque eu era governanta. Meu Deus, aquilo me tocou de uma maneira, eu nunca imaginei aquilo vindo dela.

### **Em Tese - E daí tu pudeste trabalhar com a tua filha?**

Kaionara - Sim.

### **Em Tese - Que incrível! Quem faz isso?**

Kaionara - Ninguém, não é? Eu cheguei a chorar. Eu disse: “eu não acredito, dona Lair, que você fez isso!”. Ela disse: “como é que tu vais voltar a trabalhar com a menina pequena?”. Ela me chama de Teca, todo mundo mais chegado me chama de Teca. Ela disse: “Teca, vai lá no posto de saúde e pede todas as vacinas possíveis que possa dar na bebê, por que tu vais trabalhar aqui dentro, vem hóspede de tudo que é lugar”. E assim eu fiz, levei ela no posto de saúde e vacinei ela. Todo dia ela ia comigo para o hotel. Foi tudo certinho. Até um ano e oito meses. Com um ano e oito meses eu resolvi sair. Ela começou a andar, o hotel é muito grande, eu fiquei cabreira, eu fiquei com medo. Vou sair daqui.

### **Em Tese - Mas saiu fortalecida.**

Kaionara - Sai fortalecida, exatamente.

### **Em Tese - Porque a gente com um bebê de quatro meses é uma pessoa, com um bebê com um ano e oito meses já está mais forte. Já conhece melhor aquele bebê, já sabe como lidar. Sabe mais o que precisa.**

Kaionara - Sim, trabalhei doze anos lá no hotel. Eu gostava de trabalhar lá. Hotel é uma coisa legal, não é? Eu ganhei o curso de turismo e hotelaria do marido dela. Ele apostava bastante em mim. Ele me dizia: “tu tens um potencial legal, tu és inteligente”. Nós conversávamos sobre tudo. E foi ali que eu comecei a minha carreira na rede hoteleira, eu gostava muito de hotel. Gosto até hoje.



E depois fui pro serviço social. Contar um pouco a minha história assim é bom pra gente olhar um pouco para trás e ver o que a gente passou. Não foi fácil trabalhar no hotel, ainda mais grávida. Longe da família. Eu não podia vir pra cá, porque é longe. Eu não tinha carro. Quando eu vinha para cá eu vinha com cadeirinha, com bercinho. É bem complicado olhar para as meninas que estão passando por isso, é bem dificultoso. Porque realmente nem todo mundo tem a sorte que eu tive de ter pessoas que olharam para mim, para o meu potencial, e apostarem que eu poderia ir longe.

**Em Tese - E o que te deram, na verdade, não foi privilégio, foi oportunidade para você trabalhar, para continuar trabalhando.**

Kaionara - Oportunidade. É o que falta para essas mulheres, para essas meninas. É isso que eu penso.

**Em Tese - Qual a oportunidade que teve a Andrielli? Essas meninas todas. De terem uma casa digna que possam transformar em um lar para uma criança? Qual possibilidade que elas têm de ter vaga em uma creche que seja compatível com horário de trabalho? De terem trabalho? A gente vê que não tem trabalho para todo mundo.**

Kaionara - Você tem trabalho, o horário é muito escasso. Porque é preciso ter uma creche compatível com esse horário. É difícil. É horrível se você parar para pensar. O tempo que você gasta procurando emprego, você acha um emprego que você diz: “este emprego é legal, gostei de trabalhar aqui”, tu não consegues dar respaldo para sua família, tu não consegues viver mais. A minha filha andou comigo até eu me formar na faculdade. Ela ia pro hotel, do hotel ela ia pra aula, e assim foi até eu me formar na faculdade. Agora que eu me formei eu parei de levar ela, também porque o serviço social é uma coisa pesada, não dá pra ficar levando criança. Mas ela me acompanhou quase a minha vida inteira. Na faculdade, carregava ela junto para ir para aula. Mas foi nessa batalha que eu consegui me formar, e eu conseguir ser quem eu sou hoje.

**Em Tese - E cuidar bem dela, não é? Porque a gente sabe que estar junto é o que faz fortalecer o vínculo.**

Kaionara - Com certeza.

**Em Tese - E é o que Andrielli não está podendo fazer.**

Kaionara - É, é o que ela não está podendo fazer e que não fizeram por ela também. Ela não conseguiu ainda entrar neste ramo de cuidado, de carinho e de vínculo familiar.

**Em Tese - Como é não poder visitar a Suzi para a Andrielli, como você enxerga essa situação?**

Kaionara - É complicado, é muita dor. Muita dor e muito sentimento de incapacidade, ela se sente incapaz. Ela disse que ela é incapaz de ser mãe, que ela já foi carimbada, que ela é incapaz de ser mulher, que ela é incapaz de ter uma família. Ela está, neste ritmo de final de ano, está vindo à tona o sentimento de ter uma família, de construir uma família, ao modo dela, mas ela está se sentindo incapaz. E o Estado só vem dizer a ela que é verdade, que ela é incapaz.

**Em Tese - Isso que tu falaste sobre ela não estar entrando no circuito de cuidado, de ela não ter essa oportunidade...**

Kaionara - Porque ela já não teve cuidado, ela já não teve carinho, vínculo familiar. Na família a gente briga, a gente se acerta, a gente convive, a gente se apoia, ajuda um ao outro. Ela não teve esse vínculo. “Estamos juntos”. Nisto ela não conseguiu engrenar ainda, porque ela acha que falta a Suzi. A Suzi é a peça que vai encaixar tudo isso, entendeu? Às vezes eu converso com ela: “estás preparada se a menina sair? Ela precisa de cuidado, ela já foi hospitalizada”. Eu fico falando um monte de coisa porque eu sou muito chata. Eu sou muito chata. E ela diz: “ah, não sei, comadre, eu só quero ficar com ela, só ter ela, eu só quero ver ela, eu só quero pegar, quero abraçar, quero dar carinho, quero dar mamã”. Sabe? Ela não pensa no que pode acontecer ou no que pode vir, ela pensa no agora. Mas eu também não culpo ela, tanta coisa que deve estar passando na cabeça dela que eu nem imagino.

**Em Tese - Ela pode estar se protegendo também. Não é garantido que a Suzi vem.**



Kaionara - É, também, exatamente. Porque ela já perdeu uma, não é? Pode ser.

**Em Tese - Não é? Já perdeu uma vez essa oportunidade. Ela deve ficar em uma ambiguidade. Quer dizer, o vínculo, isso que tu falas que ela tem dificuldade de criar, ou de manter, como criar um vínculo com uma criança que você não sabe se vem?**

Kaionara - E que estava na tua barriga, que te tiraram. Meu Deus... Estão te julgando, estão te estudando para ver se tu podes ficar com a menina de volta ou não. É horrível, eu nem consigo pensar nisso. Ah, eu não consigo...

**Em Tese - E quem é que tem que passar por isso? Só pessoas pobres mesmo. Porque ninguém questiona se alguém que tem dinheiro pode ter filho. Ninguém estuda ninguém para avaliar se pode ser mãe ou não. Existe uma população determinada que passa por isso.**

Kaionara - Exatamente. Agora tu me falaste uma coisa e veio uma história na minha cabeça. Pior é que é verdade, não é? Por que a gente não para pra pensar nisso antes?

**Em Tese - Sim, esse é o horror. E como você acha que é para a Suzi não ter esse contato?**

Kaionara - Acho que ela sente a falta da mãe. Sente a falta da mãe, sente a falta da voz dela, do carinho, do estar ali na barriga, do quentinho. Acho que já se cria uma identificação na barriga, não é? A criança com a mãe, o vínculo. Porque no dia da vídeo chamada ela só chorava quando escutou a voz da Andrielli. Ela estava dormindo. Daí a Andrielli começou: “acorda ela para mim, acorda ela pra mim”. Ela escutou, abriu o olho e começou a chorar. E não parava mais. Ela chorava de lá, a gente chorava de cá, virou uma choradeira generalizada. E a Andrielli tentando falar com ela. Ela só chorava, a gente só chorava. Então a moça do abrigo começou a dar o bico para ela e a embalar, para ver se ela parava de chorar, para poder continuar a vídeo chamada. Dez minutos, mas pareceu uma vida. Porque foi uma loucura.

**Em Tese - Mas tem uma coisa. Como a Suzi está em formação, ela está em constituição ainda, porque o bebê humano não nasce pronto, ela não entende por**



que a Andrielli não está com ela. A Suzi não sabe que, mesmo a Andrielli querendo, a mãe está sendo impedida de estar com ela. No seu sentimento ela pode estar até culpando Andrielli por abandono. Ela pode desenvolver uma mágoa com relação à mãe. Isso eu me pergunto também. Daqui a pouco o poder judiciário conclui que a Andrielli pode ser mãe. Tudo bem? Muita coisa pode ter se criado neste tempo. Muito ressentimento. A bebê pode ter muito ressentimento da mãe. Do pai também, mas principalmente da mãe, pois geralmente é a principal cuidadora. Tomara que a Suzi volte, eu fico muito nesta torcida. Mas ela vai precisar de bastante ajuda.

Kaionara - Vai, vai precisar de bastante ajuda. Muito apoio.

### **Em Tese - O que elas estão passando é muito barra pesada.**

Kaionara - Vai ser bem difícil. E se completa o círculo. Porque pode ser que essa criança, dessa revolta, a gente não sabe, ela pode guardar essa revolta dentro dela e voltar na adolescência, e na adolescência ela fique igual a Suzi quando era adolescente. E daí se refaz o círculo de novo. O círculo da pobreza, que a gente fala. Eles adoram alimentar o sistema do círculo da pobreza, para continuar no poder, para continuar mandando, para continuar falando o que a gente pode e o que a gente não pode fazer. E quais são as nossas limitações, ou não. É assim que eles alimentam o círculo da pobreza, para continuar no poder. Amanhã ou depois tiram um filho da Suzi. E assim vai, infelizmente. Naturalizaram isso. O pior é isso. Esses dias eu estava conversando com a Andrielli. Ela inventava mil empecilhos. “Será que tiraram a Suzi de mim por que eu fumava?”. Eu falava pra ela: “tu fumas maconha?”. Eu pegava no pé dela. E ela dizia: “não, comadre, tu sabes que eu só fumo cigarro”. Eu disse para ela: “não, Andrielli, se tu fumasse cigarro, se tu cheirasse, se tu fumasse pedra, se tu fizesse qualquer coisa, eles iam tirar a Suzi de ti”. E ela: “é, não é, comadre?”. Ia ser só mais uma desculpa. Porque no começo eles colocaram no relatório que ela era usuária. Ela teve que fazer exame toxicológico. Foi um absurdo. Eu não faria. Estou dizendo que não sou. Eu não faria.

### **Em Tese - Mas ela estava fazendo porque ela estava desesperada para provar que ela não era isso que eles diziam.**

Kaionara - Estava desesperada. Sim, ela foi derrubando todos os argumentos. Ela foi tendo que derrubar todos os argumentos que o Estado impôs que ela era. Disseram também que ela morava na rua. Não morava. Provou que tinha casa. Ah, porque ela usa droga. Fez o exame toxicológico e provou que não usava. Ah, porque não sei o quê... Ah, pára! Que que é isso? Uma mulher entrou na maternidade e tirou o bebê da teta da mãe! Estava mamando. E agora ela vai ter que justificar por quê? O argumento que tem é: “porque eu conheço ela”. Ah, porque é uma pessoa difícil de lidar, eu também sou. Ela é geniosa, ela deu trabalho quando era adolescente, eu também dei.

**Em Tese - A Andrielli já cumpriu a medida que ela recebeu lá atrás, ela não tem que ser mais punida por isso. Ela não tem que ser marcada. Inclusive... Mesmo que fosse uma mulher que tivesse passado pelo sistema penal, o sistema carcerário, uma mulher que foi encarcerada não perde o direito de ser mãe.**

Kaionara - Fica com o bebê lá, até seis meses.

**Em Tese - Ela não perde o direito de ser mãe.**

Kaionara - Sim, o bebê com seis meses sai de lá e vai para a casa de algum parente, uma pessoa próxima, para os cuidados, até ela sair e pegar o bebê. Me diz, me diz qual é o problema?

Sabe, eu não acreditei mesmo que eles iam tirar a menina dela. Não acreditei mesmo! Eu fiz uma arrecadação de fraldas com os meus amigos. Ela ganhou bastante pacotes de fraldas. Ela queria fazer um chá de bebê. Eu disse: “Andrielli, nós estamos no meio de uma pandemia, quem vai querer vir no chá de bebê?”. Nós combinamos que depois que a menina nascesse nós iríamos fazer uma reunião com os amigos para apresentar a bebê, E nessa apresentação nós iríamos pedir para os amigos trazerem uma lembrancinha para a bebê, Como se fosse o chá de bebê. Nós tínhamos combinado tudo isso aí. Eu não acreditava que eles iam tirar ela assim, desta forma. Para mim a ficha só caiu no dia em que eu vi ela saindo da maternidade sozinha. Ali a minha ficha caiu, “é, é verdade mesmo”. E para mim foi muito difícil, eu participei de todo processo da maternidade dela, desde quando a gente começou a conversar, buscar amigos e rede de apoio, doação de roupa para bebê e coisarada. E conversar com ela sobre os problemas dela, e aquela coisa toda

de família. Ela fala muito de família. E pra mim acontecer tudo isso foi um choque muito grande. Foi um choque de realidade muito, muito grande.

### **Em Tese - Que choque!**

Kaionara - Eu não sei se você viu a audiência pública que a Comissão de Mulheres fez lá na Câmara de Vereadores em relação ao caso da Andrielli. Estava presente a conselheira tutelar. Eles tratam o caso como sendo normal, corriqueiro, dizem que estão acostumados a fazerem ações assim, que eles não entendem porque que nesse caso deu tanta repercussão.

### **Em Tese - É porque veio à tona. Geralmente só a família sabe o que está acontecendo.**

Kaionara - Ela disse que faz isso direto. Eu ia te contar uma história. Quando eu estava fazendo estágio na casa de abrigo do Padre Wilson Eu conheci um cara ricão, ele morava lá na beira-mar, tinha dois filhos. Ele e a mulher eram usuários. Eles eram daqueles muito loucos, cheiravam tudo, faziam tudo. E daí recolheram as crianças, porque eles deixaram as crianças dois ou três dias sozinhas no apartamento. As crianças começaram a gritar para os vizinhos, porque começaram a ficar agoniadas. Já tinham comido tudo que tinha, a casa está um chiqueiro. Apartamento estava um chiqueiro. E acolheram as crianças.

### **Em Tese - Eles tinham qual idade?**

Kaionara - O menino tinha doze anos. E a menina tinha um pouquinho mais, tinha uns treze anos. Naquela época. Guria do céu, pensa no bafão que deu. Deu um bafão lá dentro da casa, acolheram duas crianças de um magnata. Daí até para falar, eles falam diferente. Chegaram os dois, uns amores eles. Um menininho e uma menininha. Até hoje eu converso com eles no *Instagram*, pra tu ter ideia. Fiquei amiga dos guris. Acolheram os guris e o cara chegou. Aí eles bem assim: “o pai deles está chegando de viagem”. Eles estavam viajando, muito loucos os dois. A mulher com cabelo postiço, unha postiça. Sabe aquelas peruas, bem peruas. A mãe deles. Ele olhou para a nossa chefe, para a coordenadora, e falou assim: “eu quero meus filhos agora que eu estou indo embora”. E ela: “tu não podes tirar eles daqui, pois eles estão sob as ordens do juiz”. “que juiz?”. Eu lembro até hoje dessa cena. “Da juíza tal da vara da infância”. “Ah é?”. Pegou o telefone e falou bem assim:



“Cacau!”. Falou com o Cacau. “Cacau, acolheram os meus filhos. Se os meus filhos não estiverem com papel na mão em cinco minutos eu vou dar um jeito nessa cidade”. Tu acreditas que o juiz liberou os guris? Liberaram os guris e eu fiquei de cara. Como assim, gente, para tu ver como é que é. Se é filho de pobre tem até segunda-feira. E era sexta-feira...

**Em Tese - Nem segunda-feira... Fica quantos meses? A quantos meses a Suzi está lá?**

Kaionara - Sim! Sexta-feira, o juiz nem precisa ir lá. Sabe-se lá de onde ele tirou assinatura para tirar as crianças de lá. Ele conhecia todo mundo na cidade. Todo mundo. Tanto que ele chegou, na outra semana tinha carnaval, ele chegou na casa e me deu dois ingressos para eu assistir o desfile no sambódromo, dentro do camarote da RBS. Cara era ricoço, conhecia todo mundo, bem influente. A gente ficou falando assim, “se é filho de pobre não sai”. Por isso que eu concordo quando você falou aquela hora, que só pegam filho de pobre. Porque filho de rico eles dão um jeito, não dorme lá.

**Em Tese – Até parece que rico não usa droga...**

Kaionara - Claro que usa, usa mais do que pobre.

**Em Tese - Kaionara, foi muito bom conversar contigo. Muito obrigada por nos contar da tua percepção sobre o que está acontecendo. E como as coisas acontecem, não só neste caso, mas que vem acontecendo neste contexto mais geral. Sigo na torcida para que a Suzi vá para a casa da família dela!**

Kaionara - Eu também!

## REFERÊNCIAS

BARNA, Agustin; SANTILLAN, Laura. **La retórica de los derechos del niño um modelo para (des)armar**. Texto disponibilizado no Seminário Desigualdades, infâncias e juventudes na América Latina e Caribe. Curso de Especialização em Políticas Públicas para a Igualdade nas Américas. Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais - CLACSO. 2018.



BARNA, Joaquin. Los derechos del niño: Un campo en disputa. **Boletín de Antropología y Educación**, Buenos Aires, ano 4, n. 05, p. 21-25, 2013. Disponível em: <http://www.derechoshumanos.unlp.edu.ar/assets/files/documentos/los-derechos-del-nino-un-campo-en-disputa.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BERBERIAN, Thais Peinado. Serviço social e avaliações de negligencia: debates no campo da ética profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 121, p. 48-65, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/6xw7kYCSV6P66whzkQTdV7K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BOWLBY, John. **Apego**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares** – POF. Ano 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Derechos de los más y menos humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, mai. 1999. Tradução de Carla Villalta. Disponível em: <http://www.derechoshumanos.unlp.edu.ar/assets/files/documentos/derechos-de-los-mas-y-menos-humanos.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

GILL, Rosalind. MATOS, Carolina. Rosalind Gill: “não queremos só mais bolo, queremos toda a padaria!” (Entrevista). **Matrizes**, São Paulo - Brasil, v. 11, n. 2, p. 137-160, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i2p137-160>. Acesso em: 20 jan. 2022.

JORGE, Alzira de Oliveira; MERHY, Emerson Elias; PONTES, Mônica Garcia. Introduzindo a pesquisa: uma trajetória de encontros. **Saúde em Redes**, Porto Alegre, v. 4, n. 1 (Supl.), p. 9-26, 2018. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/issue/view/V.%204%2C%20Suplemento%201/showToc>. Acesso em: 12 jan. 2022.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá - Colômbia, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. 1a edição especial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20201009055817/Antologia-esencial-Anibal-Quijano.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA


“É ASSIM QUE ELES ALIMENTAM O CÍRCULO DA POBREZA”: A AÇÃO JUDICIAL DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR DA BEBÊ SUZI EM FLORIANÓPOLIS - 2021

### Mariana da Costa Schorn

Mestre em Psicologia Social e Institucional

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

marischorn@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4368-6965>

### FINANCIAMENTO

A doutoranda Mariana da Costa Schorn conta com apoio do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU, mantido pelo Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES/2021 para a realização de sua pesquisa.

### LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### HISTÓRICO

Recebido em 01 de fevereiro de 2022

Aprovado em 09 de fevereiro de 2022

